Aviso n.º 15 307/2007**Renovação de contratos de trabalho a termo resolutivo**

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e por despacho exarado em 9 de Agosto de 2007, se procedeu à renovação dos contratos de trabalho a termo com os seguintes trabalhadores:

Nuno José Sousa Lopes Augusto, leitor cobrador de consumos, escalão 1, índice 175 — com início em 16 de Setembro de 2007 e até 15 de Maio de 2008.

Sofia Isabel Sousa Pinheiro, técnica superior de 2.ª classe/arquitecto, escalão 1, índice 400 — com início em 20 de Setembro de 2007 e até 19 de Março de 2008.

Teresa Margarida Trindade Lima, técnica superior de 2.ª classe/arquitecto, escalão 1, índice 400 — com início em 20 de Setembro de 2007 e até 19 de Março de 2008.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, alínea g), do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611040821

CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA**Aviso n.º 15 308/2007****Transferência**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 12 de Fevereiro de 2007, e nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 19 de Outubro, na redacção do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Junho, foi autorizado o pedido de transferência requerido por Jacinta Maria Marques Paulo, técnica de informática, grau 2, dos Serviços Municipalizados de Torres Vedras, com efeitos reportados a 2 de Maio de 2007.

7 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*.

2611040748

Aviso n.º 15 309/2007**Licença sem vencimento por um ano**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 26 de Julho de 2007, e nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as respectivas alterações, foi deferido o pedido de licença sem vencimento por um ano a Luís Fernando Lourenço Gomes, com a categoria de tratador e apanhador de animais, com início a 2 de Agosto de 2007.

6 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando José da Costa*.

2611040750

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE**Aviso n.º 15 310/2007****Nomeação**

Para os devidos efeitos torno público que, por meus despachos de 9 de Agosto de 2007 e decorrente do respectivo concurso, nomeei para os dois lugares de engenheiro técnico civil de 2.ª classe os candidatos David António Rosa Parreira Caetano e Luís Filipe Henriques Ribeiro.

Os candidatos deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

9 de Agosto de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*.

2611040838

CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO**Aviso n.º 15 311/2007****Concursos internos de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior assessor (área de gestão de recursos humanos), do grupo de pessoal técnico superior, e para provimento de um lugar de desenhador especialista principal, do grupo de pessoal técnico-profissional.**

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, para os devidos efeitos se torna público que, por meus despachos de 8 de Agosto do ano em curso, no uso da competência que me foi delegada pelo presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontram abertos concursos internos de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos seguintes lugares vagos do quadro desta autarquia:

Concurso A — um lugar de técnico superior assessor (área de gestão de recursos humanos);

Concurso B — um lugar de desenhador especialista principal.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 427/89, de 7 de Dezembro, e respectivas alterações, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Validade dos concursos — os concursos são válidos para as vagas indicadas, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional:

Concurso A — o constante no despacho da SEALOT n.º 42/96, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 2 de Agosto de 1996, e o constante no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 160, de 15 de Julho de 1985;

Concurso B — o constante no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 160, de 15 de Julho de 1985.

5 — O local de trabalho será na área do município e as funções a desempenhar são as seguintes:

Concurso A — na Divisão de Administração e Finanças;

Concurso B — na Divisão de Planeamento e Administração Urbánica.

6 — A remuneração será a que resultar da aplicação do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, 77/2001, de 5 de Março, 23/2002, de 1 de Fevereiro, 54/2003, de 28 de Março, e 57/2004, de 19 de Março.

7 — Requisitos de admissão aos concursos — são requisitos gerais de admissão aos concursos os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

São requisitos especiais:

Concurso A — os referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Concurso B — os constantes na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se todos os funcionários das entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, de entre:

Concurso A — técnicos superiores principais (área de gestão de recursos humanos) com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*;

Concurso B — desenhadores especialistas com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*;